

“É necessário haver a descolonização das mentalidades europeias”, Maria Paula Meneses

e-global.pt/noticias/exclusivo/entrevista/e-necessario-haver-a-descolonizacao-das-mentalidades-

28/03/2020 às
15:00



Maria Paula Meneses é professora universitária, investigadora e coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra —CES. É ainda autora e co-autora de uma vasta obra literária como ***Epitemologias do Sul*** ou ainda **Moçambique: das palavras escritas**, entre muitas outras publicações de teor académico.

Assume-se como moçambicana que conhece bem a história do seu país, o sítio de onde vem, mas isso não significa que conheça África, “não é tudo a mesma coisa”, e é urgente “quebrar estes conceitos”, assegura. Atendendo ao seu conhecimento e obra feita, a

investigadora fala sobre a sua herança cultural, histórica e civilizacional, pois, como Paula Meneses afirma, “o grande problema reside na incapacidade de nos pormos no lugar do outro”.

Por Ana Gonçalves

Tendo em conta o que se passa neste momento em Moçambique, que se encontra envolto numa espiral de crescimento, teme que de alguma forma se percam alguns dos valores mais tradicionais em prol de uma aproximação cada vez maior ao ocidente?

Eu não diria que é isso. Há uma questão muito importante que é preciso ter em conta, que é uma das fortes heranças coloniais. No caso de Angola e Moçambique, ao contrário de outras colónias portuguesas em África, nós éramos uma colónia de povoamento, por isso tínhamos de ter todas as instituições necessárias da institucionalidade europeia para que os colonos se sentissem como se estivessem no seu território. Portanto a isto chamou-se Estado moderno, que é uma exportação colonial. Aí tem toda a razão quando diz que há um projeto de construção de um Estado Moderno, que é a única forma de conseguirmos dialogar com o mundo ocidental, que, infelizmente, só consegue entender esta vertente do Estado. Mas, por outro lado, há toda uma série de outras institucionalidades que também existem, não são tradicionais e que são realidades difíceis de serem traduzíveis para esta ideia de Estado Moderno e é essa complexa coexistência entre um e outro que não é fácil de ser traduzível.

Fala de colonialismo, essa palavra ainda tão temida, que incomoda tanta gente em Portugal e no mundo. Continua a dizer-se que não foi assim tão mau...

Não foi mau, foi péssimo! Eu vou dar-lhe um exemplo, colonialismo para mim é eu chegar a sua casa e, de repente, começar a decidir tudo só porque fui convidada para almoçar. Isso significa que eu não a reconheço como igual e posso dispor da sua vida como me apetece. Isso é de uma violência extrema. Igual a isto só aquilo que se passou no Holocausto, que foi uma exportação do projeto alemão na atual Namíbia, depois levado para a Europa. Agora, continua a existir uma ideia muito pré-concebida de África. Por exemplo, quais são os assuntos presentes na imprensa generalista acerca de Moçambique? Ou é a riqueza explorada pelas potências do Atlântico Norte ou a incapacidade de gerir desastres naturais, situações de violência de género, doenças, conflitos religiosos, mulheres vítimas de guerra. Agora, suspendamos as notícias sobre países africanos e vamos debruçar-nos sobre França, por exemplo, há igualmente conflitos religiosos, tribais, ataques terroristas, mas não é isso que se imagina quando se fala de França. Por que razão então há este estereótipo sobre um continente enorme, que é sobretudo fonte de uma imagem colonial que ainda se mantém. É necessário haver a descolonização das mentalidades europeias.

Mas até a própria imprensa africana não se afasta assim tanto destes temas. E vai nesse sentido ou não?

Depende, depende. Cada país tem as suas próprias características, e, cada um tem os seus problemas. Eu conheço melhor, de facto, a imprensa do meu país. Periodicamente, há discussões sobre a questão colonial, apesar de não podermos continuar a atribuir todas as culpas ao colonialismo, chega a uma altura em que temos de assumir que a responsabilidade é nossa, já que herdámos um país fruto do projeto colonial, temos de tomar opções. Então, se o país vota no capitalismo, por exemplo, eu tenho de reconhecer que a maioria vota nesse regime, mesmo que não me agrada, é a escolha da maioria, uma opção política. E é esta análise que eu não vejo ser feita nem em França, Inglaterra ou Portugal. Quando se fala de África, está sempre presente a sombra de um saudosismo ou uma incapacidade de realmente ver o que lá está, o que acontece no quotidiano. Muitos dos nossos governantes são tão neo-liberais como quaisquer outros políticos europeus, que poderíamos caracterizar como sendo de centro-direita, mas este tipo de análise não é feita. A minha leitura assim muito geral é que a Europa continua a ter um enorme problema com a Ásia, que considera importante, mas que pretence ao passado e com África, que não tem história e pode-se continuar a lidar com África a partir da narrativa já existente, eivada de matizes colonias.

Há falta de protagonismo dado aos investigadores que exploram estes assuntos?

É importante que se conheça mais sobre aquilo de que estamos a falar. Eu vou dar-lhe um exemplo que costumo dar aos meus alunos; A independência chegou a Moçambique quando eu estava na 5ª classe e nós estávamos calmamente a estudar a primeira dinastia portuguesa. Quando surge a independência, mudámos de contexto e começamos a pensar o país através de África. Foi uma opção estratégica do jovem governo moçambicano, a necessidade de repensar o nosso sentido de pertença, quais são os nossos autores, referências... quando fui contratada pelo CES, foi um pouco isso que fiz, trazer a reflexão africana para o contexto académico português e aí tenho de chamar a atenção para a clarividência do Professor Boaventura Sousa Santos que, há vinte anos, disse que era preciso partir para Sul, para pensar com o Sul. Foi um esforço contínuo para um diálogo mais profundo sobre as contribuições de todos e de todas à construção de um sentido de pertença tendencialmente universalista apesar das nossas opiniões distintas. E isso, é muito difícil de se fazer.

O Professor Boaventura Sousa Santos é uma das suas grandes referências em Portugal. Quais são as outras?

Eu venho do Índico, pertenço a outro mar, trago outras história, vivi noutros contextos. Há alguns anos houve em Portugal um projeto, uma tentativa para se fazer manuais de história para crianças africanas, e não só, do 3º ciclo do ensino básico português e que se pudesse discutir com eles o que é que se passava em termos de produção de conhecimento no contexto africano, para eles não se sentirem sempre fora da história, porque a história de Portugal é a história gloriosa dos portugueses no mundo, só. Os livros de história são muito problemáticos... Por exemplo, o meu maior incómodo é quando me perguntam, "e vocês em África?"- Não conheço. Não sei falar nenhuma língua africana, não sei dançar nenhuma dança africana. Agora, conheço alguns pratos

culinários do meu país, algumas danças do meu país, conheço música e dança tanzanianas, gosto muito de música dos Camarões, do Congo. Ou então, quando se diz, “você os PALOP”... Isto são ratoeiras permanentes em que se cai. As minhas referências vêm da minha região, da Zâmbia, África do Sul. Eu nunca pus os pés em São Tomé e Príncipe, não posso responder por uma realidade onde eu nunca estive, não encaixo nesta representação ‘PALOP’, que me causa desconforto.

Temos de nos pôr no lugar do outro?

Exatamente! Mas, isso não é fácil, pois conhece-se muito pouco sobre o outro e tem-se dificuldade em perceber o outro. Por exemplo, há muito bons jornalistas em África que raramente são ouvidos. Isso viu-se em Angola recentemente, há anos que os jornalistas angolanos denunciavam casos de corrupção, mas depois foi um consórcio europeu que foi responsável pela investigação. No caso de Moçambique há bom jornalismo, sério. Mas, em Portugal, só nos prestam atenção de cinco em cinco anos, no período de eleições e é impossível segmentar e analisar tudo o que aconteceu entretanto, durante cinco anos. As pessoas têm de perceber que houve uma altura em que a ligação colonial acabou, mas há um antes e um depois disso, há outras ligações e outras histórias que vão ficando à margem. Por exemplo, no caso de Moçambique os livros que circulam em Portugal predominantemente são livros que abordam temas coloniais, mas a literatura moçambicana é muito boa e rica, especialmente em poesia, por exemplo, mas essas obras não circulam em Portugal, circulam noutros contextos, mas não aqui.

As pessoas continuam a olhar para a literatura moçambicana apenas através de um prisma colonial?

Exatamente! Porque é aquele tema que explica a presença de Portugal ali. Em Moçambique, tenho notado uma presença maior de livros bilingues para o público infantil. Contudo, em Portugal, não se fala disso. No CES falamos disso, dos problemas do ensino bilingue mas estamos a falar de um centro que tem uma attitude diferente. Ainda há pouco tempo organizamos um encontro sobre literatura oral moçambicana e as pessoas que entravam ficavam muito admiradas, pois não sabiam que estas línguas existiam, que se falavam no quotidiano. Há muitas camadas que persistem. Só no tempo dos netos dos meus netos é que se vai mudar algo...

Mesmo a existência dos PALOP assenta na língua portuguesa...

Mas isso é restritivo. Por exemplo, em Cabo Verde as pessoas comunicam em Crioulo, na Guiné-Bissau a mesma coisa, em Moçambique 40% da população tem o português como língua segunda, o que já é muito, e 10% como primeira língua. O problema ali é que já há a forte presença anglófona, que condiciona o ensino do português. São questões importantes que precisam de ser discutidas e abordadas também em Portugal. Também se lê imenso em Moçambique, porque se reconheceu que é preciso ler para conhecer o mundo! Claro que há muitos problemas, mas também há coisas boas. Lá está, volto a dizer, é preciso conhecer o que está a ser feito e, claro, não se pode exigir a todos os países o mesmo nível de participação política. Eu não estou a pôr em causa a construção

de infraestruturas importantes em Moçambique, mas a minha questão é foram feitas para quem? Havia ali uma diferença de classes, as escolas eram construídas para os colonos, os moçambicanos não podiam estudar porque não os deixavam e as pessoas sabem o que aconteceu. Agora é preciso um reconhecimento das responsabilidades e eu não vejo isso. Tudo isto tem assim umas zonas muito cinzentas e eu digo-lhe, sinceramente, é preciso tempo!

Agora essa realidade mudou, os jovens moçambicanos estudam, são licenciados...

Sim, nós estamos a formar gente de valor, há cerca de 42 Universidades no país, mas continua a afirmar-se que não há quadros em Moçambique. Como? Lá está, falta reconhecer o outro... É tudo muito diferente, por exemplo, em Portugal, o problema passa pelo excesso de idosos, em Moçambique, pelo contrário, há demasiados jovens que não se vêem representados, e isso deixa-me perplexa. Os nossos políticos tanto cá como lá tem mais de 50 anos, mas os jovens têm outros objetivos politicos, vêem o país de outra maneira, é uma geração que cresceu depois da guerra e percebem muito melhor Moçambique do que eu. Outro dos grandes decisores de Moçambique são mulheres que têm a iniciativa, que são empreendedoras, tem de se olhar para estas realidades.

E atualmente, como encara a situação atual em Cabo Delgado e o trabalho que está a ser feito pelo governo para a extração de gás natural e possivelmente petróleo?

Não é só gás natural, é petróleo, são rubis, grafites, urânio... Neste momento Cabo Delgado é a província "mais rica" do país.

Daí o governo moçambicano procurar cada vez mais um sistema de alianças com vários países ocidentais?

Na minha opinião não se pode chamar a isto alianças, vamos ser práticos... Lamentavelmente, há o caso de Diego Garcia que, na teoria faz parte do arquipélago de Charcos que foi retirado por Inglaterra àquilo que se chama hoje as Ilhas Maurícias e funciona hoje como base militar dos Estados Unidos. O facto é que 90% do petróleo do mundo passa ainda ao largo de Moçambique. Agora, há uma decisão das Nações Unidas, creio, que exige que Inglaterra devolva Diego Garcia aos seus legítimos representantes. Mas, ao mesmo tempo, há um pedido formal do governo norte americano para usar Nacala, uma das baías mais profundas e orientais daquela região. Há aqui muitas explicações que mostram que há uma grande disputa na região de Cabo Delgado. Eu trabalhei na região e sei como a geopolítica daquela zona é complexa e muito tensa. Para além destas implicações todas estamos a falar também de um ambiente onde existe um Islão muito antigo, séculos XI, XII, XIII é, por isso, um contexto muito complicado e qualquer análise pouco sofisticada arrisca a suscitar desentendimentos. Por exemplo, o facto do Norte ter sido esquecido e começar a ter interesse quando há recursos e é montada toda uma estrutura económica que serve esses recursos e não as pessoas, é uma situação que gera anticorpos no país. É um problema entre nós, moçambicanos.

Há quem atribua grande parte deste mal-estar à existência de conflitos religiosos, faz sentido esta análise?

Sempre houve aqui grandes sensibilidades que não foram fáceis de gerir e há várias variantes do Islão, não há só uma. Tem as confrarias islâmicas, o Islão africano, a chegada de vagas de migrantes desde o séc. XVI oriundos da Ásia, os migrantes e refugiados que descem do norte (Somália, etc.), os paquistaneses, indianos e tudo isto gera níveis de conflitualidade que não são fáceis de gerir.

Como é que analisa os próximos anos, há possibilidade de o país se tornar cada vez mais tripartido?

Isto continua a ser um problema da herança colonial. Por exemplo, Niassa não tinha nada, Cabo Delgado não tinha nada, mas já em 1959 se sabia da existência destes recursos, só que como vinha a luta armada para aquela zona e com o avançar das independências, não se investiu ali. Não havia desenvolvimento nenhum naquelas áreas. Só para lhe dar um exemplo a primeira ponte sobre o Zambeze para carros ali contruída já é do tempo do governo de Guebuza. As pessoas não sabem o que é a economia política do colonialismo. Fala-se pouco nesta matéria e, bem, não é a minha área de trabalho, mas sigo o trabalho de muitos investigadores. Por exemplo, o facto de não se poder produzir café em Moçambique, por que já era produzido em Angola e isto serviu os interesses de Portugal, mas de repente há as independências e foi-se alimentando a economia da dependência, de que muitos autores têm falado. Ainda não ultrapassámos este problema estrutural e continuamos a depender muito da África do Sul, Rodésia, Zimbábwe.

© e-Global Notícias em Português